

COTIDIANO E SOCIABILIDADES NO IMPÉRIO ROMANO



GILVAN VENTURA DA SILVA
LENI RIBEIRO LEITE
ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA
BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO
Organizadores

COTIDIANO E SOCIABILIDADES NO IMPÉRIO ROMANO



Vitória, ES
2015

ENTRE O ÓCIO E A SOCIABILIDADE: O PAPEL DAS TERMAS PÚBLICAS NA VIDA SOCIAL DE *BRACARA AUGUSTA*

Manuela Martins

Introdução

As termas públicas constituem um dos edifícios mais característicos da civilização romana e uma poderosa expressão do modo romano de conceber a vida e de usar o tempo. Representam, por isso, um importante contexto de análise para valorizar as complexas relações que se estruturavam nos espaços urbanos do Império Romano. Verdadeiros espaços de ócio, mas também de sociabilidade, as termas reuniam num único edifício as funções dos *balaneia* e do *gymnasium* gregos, tendo integrado espaços culturais e recreativos que as configuravam como um verdadeiro microcosmos, onde se desenvolviam atividades variadas dedicadas ao tratamento do corpo e do espírito e onde se podia simplesmente disfrutar dos prazeres do convívio, num ambiente luxuoso e privilegiado.

Lugares de recreio, de agregação social e de troca cultural, as termas públicas representaram um importante meio de uniformização dos costumes e modos de vida romanos, funcionando igualmente como espaços de construção identitária das comunidades cívicas urbanas. Por isso, os edifícios termais recuperados pela Arqueologia oferecem-se como um contexto privilegiado de estudo da sociedade romana, com a vantagem de serem equipamentos largamente representados em todas as províncias e cidades do Império.

Se é certo que as ruínas das centenas de termas que chegaram até nós pouco nos dizem das sociabilidades que se estruturam nos seus espaços, podemos, apesar de tudo, aceder por meio delas a variados aspetos associados à sua construção e funcionamento, bem como à diversidade que assumiram nas diferentes regiões, fato que nos permite mergulhar no ambiente social e econômico das diferentes cidades romanas.

Cruzando os dados arqueológicos disponíveis, que nos elucidam sobre os aspetos arquitetónicos, técnicos e urbanísticos das termas públicas de *Bracara*

Augusta, com aqueles que são propiciados pelas fontes escritas, que dão conta dos ambientes termais e da prática social dos banhos públicos, procuraremos analisar, neste capítulo, os três conjuntos termais conhecidos em Braga e ensaiar uma leitura da sua diferencial utilização. Pretendemos aceder por essa via a uma compreensão do cotidiano de *Bracara Augusta*, articulado com o uso dos espaços balneares da cidade e a sua utilização igualmente diferenciada ao longo do dia.

A evolução das termas públicas

Foi por influência dos hábitos refinados das elites helenísticas dos territórios conquistados por Roma que surgiram na região da Campânia, no final do século III a.C., os primeiros banhos públicos romanos (*balnea*), que imitavam as salas de banho coletivo gregas (*balaneia*) (MALISSARD, 1994, p. 103). O processo está bem documentado nas termas dos Estábios, em Pompeia, onde o edifício original, com origem numa *palaestra* samnita, composta por um *balaneion* de tipo grego, se transformou numa verdadeira terma romana graças à ampliação da parte reservada aos banhos, sacrificando a anterior área de *palaestra* (ESCHEBACH, 1979; MANDERSCHIED, 1983, p. 59-76).

Muito embora as cidades da Campânia tenham sido precursoras na construção dos primeiros *balnea* romanos, a prática dos banhos públicos passou a constituir-se como uma atividade fundamental no dia a dia das elites romanas noutras cidades de Itália e na própria Roma a partir do século II a.C., representando um importante contexto de sociabilidade por parte das abastadas classes da sociedade romana (DELAINE, 1999, p. 7-16). Gradualmente, divulgavam-se também os banhos privados, integrados nas casas das enriquecidas elites itálicas, constituindo-se como meio de ostentação de riqueza e símbolo de cultura helenizada (NIELSEN, 1999, p. 35-43).

No entanto, foi no início do Principado, no âmbito da chamada revolução augustana, que se consolidou a prática dos banhos públicos, bastante devedora da atuação de Agripa, amigo de Augusto e executor de muitas das suas políticas, responsável pela construção do primeiro grande complexo termal público de Roma e pela liberalização da entrada gratuita em centenas de *balnea* de Roma (MAR, 2000, p. 16). Estava em curso a transformação de uma forma de *otium* num serviço público, processo que determinou que, em finais do século I,

as termas públicas constituíssem um equipamento básico de qualquer cidade do Império e um dos cenários sociais mais importantes do Mundo Antigo (DELAINE, 1999, p. 156-163).

Na fase inicial do Império, as termas públicas complexificaram-se com a introdução de novas atividades recreativas e culturais, o que determinou a progressiva alteração dos esquemas planimétricos, o aperfeiçoamento das características construtivas dos edifícios e a sua complexificação arquitetônica. Simultaneamente, nasce uma nova categoria de banhos públicos, as *thermae*, nome atribuído pela primeira vez ao estabelecimento construído em Roma por Agripa, localizado no Campo de Marte e inaugurado em 19 a.C. Não longe destas termas foram inauguradas, no ano 62, as *thermae Neronianae*, que constituem o primeiro exemplo das grandes termas imperiais, em que as salas principais formam um bloco unificado, dispendo-se segundo um esquema axial centrado em volta do *caldarium* principal, com uma duplicação simétrica dos outros ambientes (MAR, 2000, p. 17).

Em 80, juntamente com o anfiteatro flaviano, foram inauguradas as termas de Tito e, na sua proximidade, foram construídas as termas de Trajano, inauguradas no ano de 110, parcialmente sobrepostas à *Domus Aurea*. O seu esquema planimétrico era semelhante ao das termas de Nero e estruturava a atividade balnear no interior de um vasto recinto, delimitado por edifícios perimetrais, com grandes *exaedrae*, porticados e ambientes destinados às atividades recreativas. Este esquema manteve-se nas termas de Caracala (*thermae Antoninianae*), inauguradas no ano 217, bem como nas termas de Diocleciano (*thermae Diocletiani*), construídas entre 293 e 306.

Para além destes grandes complexos termas imperiais, verdadeiramente admiráveis na sua dimensão e programas decorativos, cabe destacar a construção de algumas termas de menores dimensões, como as refinadas termas de Décio (*thermae Decianae*), construídas entre 249 e 251, ou as termas construídas por Constantino na zona sul do Quirinal, inauguradas em 315.

A proliferação de termas públicas em Roma, bem como a sua particular evolução arquitetônica, que se reflete nos edifícios erguidos por todo o Império, demonstra bem a construção urbana do espaço dedicado ao *otium* (ZANKER, 1999, p. 193-220). Na verdade, a evolução das termas públicas entre Agripa e Trajano documenta a transposição para o espaço urbano de cenários ligados ao *otium*, até então apenas conhecidos nas *domus* tardo

republicanas, os quais permitiram criar nas cidades verdadeiros *amoenissimi loci* (GRIMAL, 1962), estruturados em função de espaços balneares, arquitetonicamente sofisticados, envolvidos por jardins e delimitados por recintos, onde se realizava o conceito de *rus in urbe* (MAR, 2000, p. 18). O protagonismo adquirido pelas termas públicas, quer em Roma, quer noutras cidades romanas, será, por isso, também devedor da enorme sofisticação atingida pelos edifícios, que se tornaram verdadeiros parques urbanos dedicados ao *otium*, onde se podia usufruir de uma arquitetura de prestígio e de ambientes que recriavam a natureza controlada.



Fig. 1 – Localização de *Bracara Augusta* na Hispânia romana.

As termas públicas de *Bracara Augusta*

À semelhança de outras cidades romanas, *Bracara Augusta* possuía várias termas públicas. No entanto, os dados arqueológicos disponíveis permitem apenas analisar três desses edifícios, muito embora existam evidências que apontam para a existência de outros, apenas parcialmente referenciados nas escavações.

Os três conjuntos balneares de uso público conhecidos até o momento elucidam-nos sobre vários aspetos relativos às características e à diversidade destes originais e carismáticos edifícios. Com efeito, dois deles seriam, pelas suas dimensões e aparato arquitetónico, verdadeiras termas públicas, propriedade do município, enquanto o outro se integraria no interior de um quarteirão residencial (MARTINS, 1997-98, p. 32-34), correspondendo à tipologia dos familiares *balnea*, bem conhecidos em Roma, nas cidades da Campânia e em Óstia, abundantemente referidos nas fontes clássicas (MAR, 1990, p. 31-77).

A cronologia relativamente avançada dos três conjuntos termais aponta para o século II, justificando que integrem as mais sofisticadas tecnologias de aquecimento e iluminação associadas a este tipo de estabelecimento, designadamente, a utilização do sistema de hipocausto, de *tubuli laterici* nas paredes e de janelas com vidros de caixilho, permitindo iluminar as salas com a luz do sol, fato que contribuía para tornar as áreas de banhos mais luminosas e refinadas (BROISE, 1991, p. 61-78; ORTIZ PALOMAR; PAZ PERALTA, 1997, p. 449).

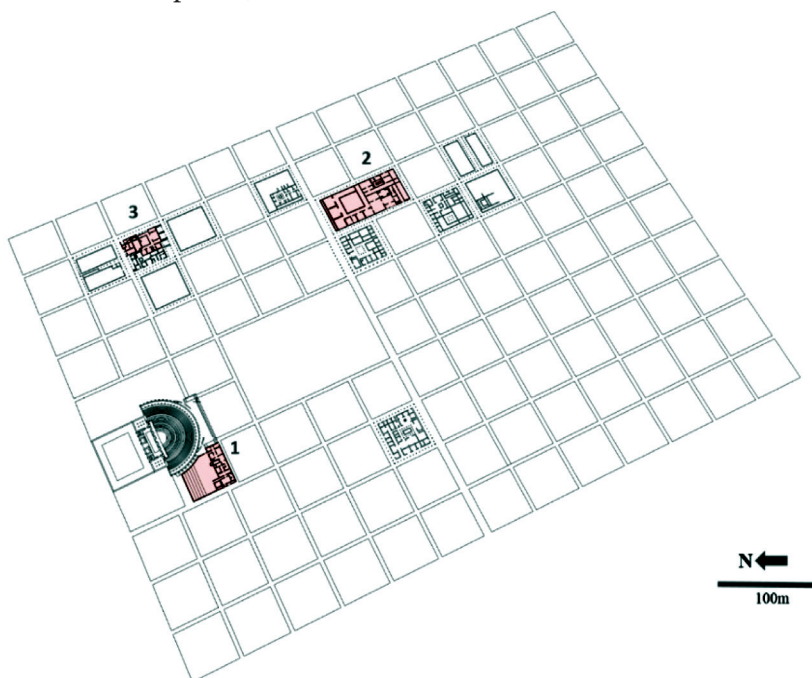


Fig. 2 – Localização das termas públicas de *Bracara Augusta*. 1. Termas do Alto da Cidade; 2. Termas da R. Afonso Henriques; 3. *balneum* das Carvalheiras.

As termas do Alto da Cividade

As termas do Alto da Cividade (MARTINS, 2005) foram construídas juntamente com o teatro (MARTINS *et al.*, 2013), na parte mais alta da cidade (Fig. 2.1). O primeiro projeto, datado de início do século II, configura-se como um retângulo, com cerca de 147 pés de comprimento, por 42 de largura, possuindo, na parte sul, um corpo avançado sobre a *palaestra*, onde se situava a piscina do *apodyterium*. Para além de oferecer todos os requisitos necessários para permitir o serviço de banhos, canônico neste tipo de estabelecimento, estas termas dispunham de uma ampla *palaestra*, localizada a poente.

O edifício termal organizava-se num conjunto de espaços aquecidos, frios e de serviços, que permitiam cumprir o circuito de banhos e o funcionamento regular do balneário (Fig. 3, fase I). Com entrada ao sul, as termas eram servidas por um amplo *apodyterium*, aquecido no inverno, anexo a uma piscina fria. Um estreito corredor, que dava acesso à *palaestra*, separava aquele compartimento do *frigidarium*. A partir deste espaço, os utentes cruzavam dois *tepidaria* para aceder ao *caldarium*, do qual retrocediam pelo mesmo percurso para entrar novamente no *frigidarium*, com acesso a uma piscina fria. Assim, cumpria-se nestas termas o percurso característico dos pequenos estabelecimentos de banhos, do tipo axial e retrógrado, bem representado na Hispânia romana e nas termas mais antigas construídas nas províncias ocidentais e setentrionais do Império (FERNÁNDEZ OCHOA; MORILLO CERDÁN; ZARZALEJOS PRIETO, 2000; NIELSEN, 1990).

As reduzidas dimensões da área de banhos (172 metros quadrados), bem como os inconvenientes da circulação axial retrógrada, justificou uma primeira reforma do edifício, datada do final do século II e início do III (Fig. 3, fase II). Muito embora a morfologia do edifício não tenha sido substancialmente alterada, um ligeiro avanço da construção sobre a área da *palaestra*, bem como a inutilização de uma das anteriores áreas de serviços e o encurtamento de outra, permitiram reorganizar o circuito de banhos e criar um maior número de espaços.

A degradação sofrida pelo edifício determinou a sua profunda reforma no final do século III e início do IV, registrando-se uma alteração substancial da área de banhos, tendo a quase totalidade das anteriores zonas quentes sido transformadas em áreas frias, sendo os novos hipocaustos construídos em anteriores espaços frios (Fig. 3, fase III). O novo projeto implicou grandes

entulhamentos que permitiram a criação de dois amplos espaços frios (*apodyterium* e *frigidarium*), bem como a organização de uma área aquecida a poente. Na segunda metade do século IV, registou-se a última remodelação do edifício, da qual resultou um novo reordenamento dos espaços aquecidos. Simultaneamente, foi sacrificada a grande *palaestra* que se situava a poente do edifício. Mantendo a estrutura adquirida na fase III, a área de banhos sofreu um reordenamento funcional, registrando-se um claro aumento das áreas frias, articuladas com uma nova *palaestra* integrada na estrutura do próprio edifício, localizada na anterior zona de serviços norte (Fig. 3, fase IV).

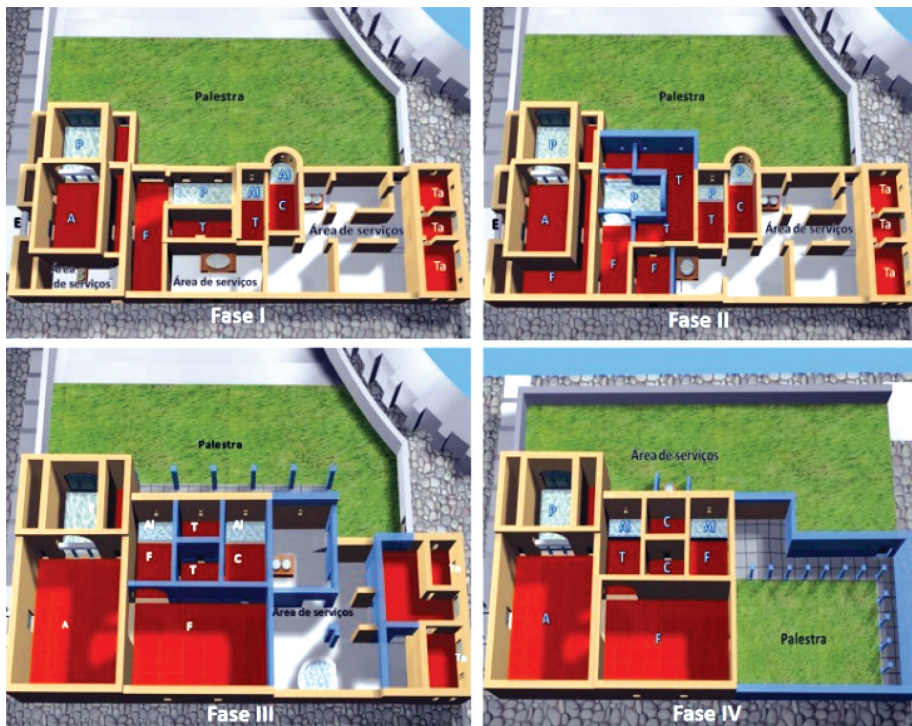


Fig. 3 – Evolução das termas do Alto da Cividade.

As termas da rua Afonso Henriques

As termas da rua Afonso Henriques, construídas no século II, localizavam-se perto do *forum* (Fig. 2.2) (MARTINS *et al.*, 2014). O conjunto dos vestígios disponíveis, resultantes de três intervenções arqueológicas, sugere um grande edifício termal, cuja planta, projetada a partir das

estruturas conhecidas, permite reconstituir uma área de banhos, situada a nascente e uma ampla *palaestra*, localizada a poente (Fig. 4). A sua construção implicou o arrasamento de dois quarteirões residenciais, onde se localizavam duas requintadas *domus*, construídas em meados do século I, tendo exigido também a desafetação da rua que as separava, o que abona em favor do carácter municipal destas termas, uma vez que exigiu expropriações de terrenos privados e o desaparecimento de um eixo viário (MAGALHÃES, 2011; MARTINS *et al.*, 2014).

O edifício, de forma retangular, possuía cerca de 234 pés de comprimento, por 112 pés de largura, totalizando uma área de 3 mil metros quadrados, bem superior, por conseguinte, à das termas do Alto da Cividade, com seus modestos 400 metros quadrados. O setor de banhos, melhor conhecido, define um corpo quase quadrado, com uma área construída de 1400 metros quadrados. A poente desenha-se uma ampla área aberta, que interpretamos como uma *palaestra*, de configuração quadrada, com cerca de 386 metros quadrados, rodeada por um pórtico que se abria para compartimentos que se dispunham ao sul e oeste.

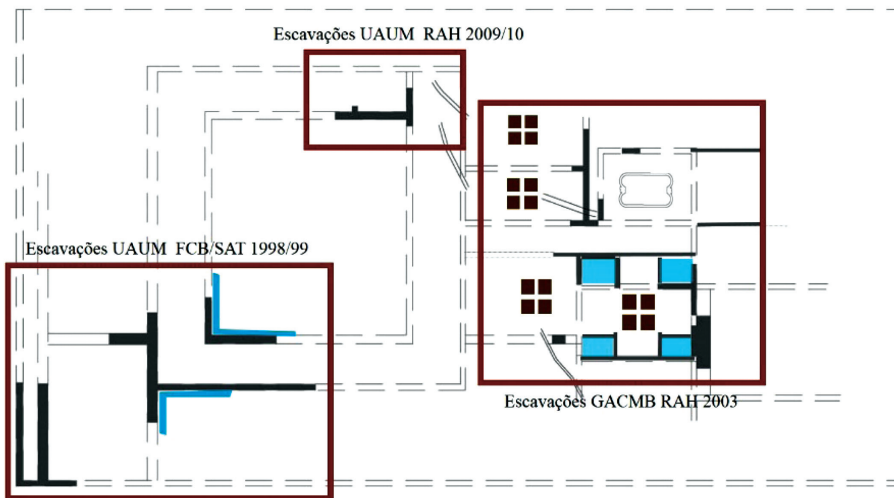


Fig. 4 – Áreas escavadas e proposta de restituição planimétrica das termas da rua Afonso Henriques.

A parte escavada da área de banhos permite restituir um conjunto de amplas salas frias e aquecidas, bem como uma área de serviços (Figs. 4 e 5).

Tudo indica que um dos acessos ao interior da área balnear seria feito pelo lado sul, por um pequeno pórtico, que se interligava ao *apodyterium*, de onde se podia aceder ao *frigidarium* e daí ao *tepidarium* e a um amplo *caldarium*, com 4 pequenas piscinas nos cantos. Ao norte, um corredor separava esta área de banhos de uma outra, onde foi possível identificar um *caldarium* e um *tepidarium*, bem como uma área fria que dava acesso, por meio de escadas, a um tanque (Fig. 5). No final do século III e início do IV, assinala-se uma grande reforma da área de banhos, caracterizada pela conversão das anteriores salas aquecidas em espaços frios, sendo apenas conhecida uma área quente situada na parte norte do balneário, onde se constata, igualmente, o desaparecimento do anterior tanque de água. As novas salas foram decoradas com requintados pavimentos de mosaicos, reconhecidos a partir de numerosos fragmentos encontrados nas escavações. Em meados do século IV, tal como aconteceu nas termas da Cidade, o edifício sofreu uma outra reforma, que parece ter afetado sobretudo a área norte do balneário, onde foi instalada uma piscina fria.

As características das termas da rua Afonso Henriques justificam uma análise mais aprofundada da sua complexa planimetria, que nos elucida sobre algumas das características destes edifícios, bem como sobre as sociabilidades relacionadas com o seu uso. De fato, um dos aspetos mais marcantes deste balneário articula-se com a aparente duplicação da área de banhos, situação que não ocorre nas termas da Cidade. Separando as duas áreas existe um longo corredor, fato que aponta para a forte possibilidade de estarmos perante termas duplas, com uma parte masculina e outra feminina, com entradas separadas.

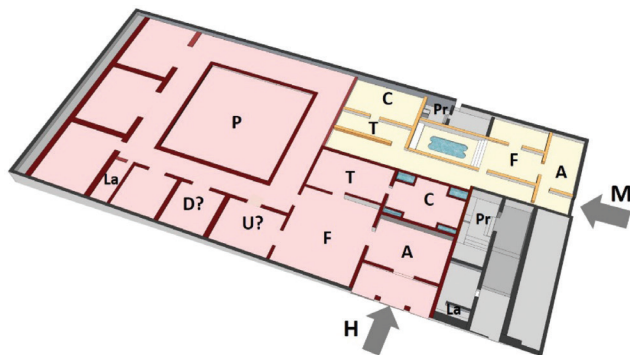


Fig. 5 – Proposta de interpretação das termas da R. Afonso Henriques (Fase I). A: *apodyterium*; C: *caldarium*; D: *destrictarium*; F: *frigidarium*; La: *latrina*; P: *palaestra*; Pr: *praefurnium*; T: *tepidarium*; U: *unctorium*.

Sabe-se que as primeiras termas públicas de Roma eram duplas, segundo descrição de Varrão, e que os banhos separados tinham sido a regra durante o período tardo republicano. Vitruvius, que escreve no tempo de Augusto, refere como devia ser construído esse tipo de termas, o que aponta para que as mesmas fossem as mais comuns no início do Principado. No entanto, ao longo do século I, torna-se costume a prática dos banhos mistos, conforme é sugerido por Plínio, o Velho, e por Marcial, que afirmam que as mulheres se banhavam nas termas de Trajano. O costume dos banhos mistos será proibido no século II, quer por Adriano, quer por Marco Aurélio e, mais tarde, por Sétimo Severo (FAGAN, 1999).

Para responder a esta proibição, ou se usavam as termas em períodos diferenciados do dia, ou se duplicava o circuito de banhos, possibilitando às mulheres o banho no horário considerado mais nobre, que, segundo Marcial, seria entre a sexta e a oitava horas. Várias termas da Campânia são a esse propósito bem elucidativas, possuindo dois circuitos de banhos autônomos, com entradas distintas. No entanto, uma observação mais atenta das plantas das termas duplas induz-nos a verificar que as mulheres não frequentariam a *palaestra*, essencialmente reservada aos exercícios físicos masculinos.

Admitindo que o mesmo aconteceria nas termas provinciais, podemos considerar que a grande *palaestra* das termas da rua Afonso Henriques estaria associada ao setor masculino dos banhos, o que significa que os compartimentos envolventes deveriam ser também de uso exclusivamente masculino. Pouco sabemos acerca da funcionalidade desses espaços, com exceção de um, que admitimos corresponder às latrinas. No entanto, presumimos que os espaços abertos ao pórtico, situados perto do *frigidarium*, pudessem ter servido às funções de *unctorium* e *dstrictarium*, respetivamente as salas reservadas à aplicação de óleos e à remoção da sujidade do corpo, depois dos exercícios na *palaestra*. Dado o número e a dimensão dos compartimentos que envolviam a palestra, é possível admitir que alguns pudessem corresponder a espaços culturais e recreativos, que se tornaram comuns nas termas de Roma a partir de Trajano.

O balneum das Carvalheiras

O balneário das Carvalheiras (Fig. 2.3) realiza um outro conceito de edifício termal, que seria de uso público, mas de propriedade privada, correspondendo à tipologia dos familiares *balnea*, bem conhecidos em Roma e em Óstia (MAR, 1990, p. 31-77).

Uma das características mais marcantes desta tipologia de balneários articula-se com o seu carácter orgânico, integrando-se no interior dos quarteirões, paredes meias com as habitações. Assim acontecia também com o balneário das Carvalheiras, construído no quadrante nordeste do quarteirão, tendo aproveitado parte dos muros de uma luxuosa *domus* de *atrium* e peristilo, construída na época flávia (MARTINS, 1997-98, p. 23-45).

Os dados cronológicos disponíveis apontam que os banhos foram construídos em meados do século II, fato que os situa num horizonte temporal semelhante ao das termas da rua Afonso Henriques, correspondente a um período de grande prosperidade econômica da cidade de *Bracara Augusta*. O balneário estruturava-se num bloco compacto de quatro salas, que permitiam cumprir o serviço de banhos (Fig. 6). O *frigidarium*, de forma retangular, situava-se a nascente dos espaços aquecidos, compostos por um *tepidarium* e por um *caldarium*. Um espaço frio, disposto no sentido leste-oeste, formaliza o que julgamos ser um *apodyterium*, que daria acesso ao *frigidarium*, possuindo uma ligação direta à rua oeste, por intermédio de um pequeno pórtico, recortado na fachada. A área de banhos cobria uma superfície de 190 metros quadrados, possuindo a nascente uma palestra, que reaproveitou o peristilo da anterior *domus*.

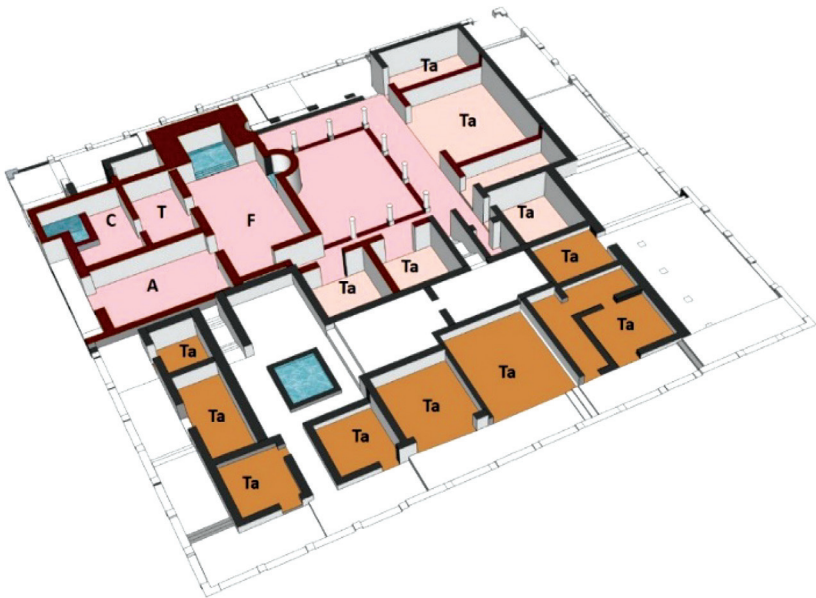


Fig. 6 – Interpretação do *balneum* das Carvalheiras. A: *apodyterium*; C: *caldarium*; F: *frigidarium*; T: *tepidarium*; Ta: *taberna*.

Não se conhecem quaisquer remodelações do edifício até o seu abandono entre o final do século III e início do IV, num período claramente anterior à desafetação das outras termas públicas da cidade anteriormente referidas. Na verdade, o precoce desaparecimento destas termas pode dever-se à raridade e à carestia do aquecimento, problema que foi resolvido nos outros edifícios por meio da considerável redução das áreas aquecidas, em benefício das áreas frias, no âmbito de grandes trabalhos de remodelação realizados, certamente, a expensas do município (MARTINS, 2005; MARTINS *et al.*, 2014).

Espaços, tempos e sociabilidades

Os edifícios termais romanos caracterizam-se por uma enorme versatilidade construtiva, bem expressa nas sucessivas reformas que os mesmos sofreram ao longo dos tempos (NIELSEN, 1990). Na verdade, muitas dessas reformas, tendo como objetivo ampliar ou reduzir as áreas de banhos e melhorar a circulação, acabaram sempre por se traduzir numa reorganização dos espaços, mais ou menos condicionada pelos constrangimentos impostos pela morfologia dos edifícios originais. Assim aconteceu com as termas do Alto da Cividade, onde as sucessivas remodelações parecem essencialmente traduzir uma reestruturação funcional dos compartimentos, pois, apesar da sua diversificação, ou de um pequeno aumento da área de banhos, esta será sempre modesta, crescendo apenas cerca de 60 metros quadrados, entre a fase I e II (172 metros quadrados para 233 metros quadrados), aumentando outro tanto na fase III, devido à ampliação do *apodyterium*, passando a possuir cerca de 293 metros quadrados (MARTINS, 2005, p. 88). Todavia, uma vez que as termas eram edifícios dispendiosos, que exigiam um cuidadoso planeamento e um empenho persistente dos municípios e dos cidadãos, que financiavam a sua construção, manutenção e melhoramento, podemos facilmente admitir a importância destas pequenas termas públicas, objeto de sucessivas remodelações, que testemunham o empenho da cidade e das suas elites (DELAINE, 1999_b, p. 67-74). Não menos reveladora dessa importância parece ser a sua localização privilegiada, numa zona nobre da cidade, nas imediações do *forum*, ladeando um dos edifícios mais emblemáticos da

cidade, representado pelo teatro. Na verdade, a sua localização, envolvimento e pequena dimensão não deixam, no seu conjunto, de ser sugestivas dos seus eventuais utilizadores (MARTINS, *et al.*, 2013).

Sabemos hoje que a construção das termas do Alto da Cividade e do teatro anexo implicou a inutilização de um edifício anterior e uma alteração da malha urbana desta área da cidade, inserindo-se no âmbito de um programa de revalorização do entorno do *forum*, o qual contemplou outros espaços e edifícios ainda não identificados. Considerando a natureza dessa intervenção, é forçoso observar o envolvimento do *ordo decurionum*, que deve ter atuado como agente encomendador e financiador das referidas obras. Com uma localização privilegiada, em termos urbanos, estas termas oferecem, contudo, uma dimensão modesta em termos de área coberta (400 metros quadrados), podendo ser facilmente classificadas como *balnea*, não fosse a enorme *palaestra* que dotou o edifício de uma importante mais valia social, facultando aos seus utentes a prática do desporto e da convivência, mas também o usufruto de áreas ajardinadas, tão ao gosto das elites romanas da capital do Império. Na sua singularidade, as termas do Alto da Cividade parecem realizar, no espaço urbano de *Bracara Augusta*, o mesmo conceito das termas de Trajano em Roma, suas contemporâneas, beneficiando-se de uma área dedicada ao desporto e ao lazer duas vezes superior à dos banhos. Na sua sofisticada história arquitetônica, a complexa evolução das termas da Cividade ilustra bem, quer a versatilidade deste tipo de edifício, quer uma permanente interdependência entre o complexo de banhos e a palestra/jardim, realizando, por isso, o conceito de *amoenissimi loci*, que nos remete inevitavelmente para o carácter elitista dos seus utilizadores, já que as suas reduzidas dimensões parecem ter resultado de uma clara intenção dos responsáveis pelo seu programa construtivo. Por outro lado, a sua privilegiada localização e a íntima relação com a *palaestra/jardim*, que facultava uma notável vista panorâmica sobre a envolvente da cidade, remetem-nos para uma clientela restrita, de requintado gosto. Seriam, muito provavelmente, termas que serviriam à classe governante da cidade e a alguns dos seus membros mais destacados, os únicos que poderiam usufruir plenamente de todas as facilidades concedidas por este tipo de equipamento, atendendo ao tempo que podiam reservar às atividades associadas ao *otium*.

É hoje admitido que as atividades desenvolvidas pelas elites, organizadas em sucessão, estruturavam e ordenavam o espaço urbano, uma vez que estabeleciam uma rotina, tanto por intermédio das suas movimentações pela cidade, como por via da sua permanência, durante algumas horas, nalguns espaços e edifícios. O aspeto temporal dessa rotina ajudava a articular os diferentes cenários urbanos por meio da deslocação das elites, em cortejo com os seus clientes, dos seus locais de residência para o *forum*, entre a segunda e terceira horas, o mesmo acontecendo na sexta hora, quando se deslocavam para os banhos, e por volta da nona hora, quando saíam das termas e regressavam para casa (LAURENCE, 1996, p. 103; p. 107-108). Essa rotina contribuía para condicionar a localização de alguns dos edifícios e espaços públicos, bem como a maior ou menor proximidade entre os mesmos. Este padrão regular de comportamento das elites significa que seriam vistas diariamente em certos tempos e lugares, o que não aconteceria com o restante da população, que teria menos mobilidade em função da natureza das suas atividades, muito mais ligadas aos locais de trabalho que eram frequentemente os da própria residência.

Sabemos pelas fontes escritas, designadamente por Marcial, que o horário recomendado para os banhos se iniciava a partir da sexta hora, quando as termas atingiriam a temperatura ideal, momento do dia que coincidia normalmente com o fim das atividades públicas protagonizadas pelas elites. Estas podiam usar as termas entre a sexta e a oitava horas, usufruindo dos seus espaços balneares, mas dedicando-se igualmente à prática do exercício físico e às atividades recreativas e culturais que as termas públicas proporcionavam. Na verdade, só as elites e os ociosos podiam usufruir plenamente de todos os benefícios facultados pelas termas, considerando que as outras classes sociais estavam temporal e espacialmente limitadas pelas longas jornadas de trabalho que as suas atividades implicavam. Neste contexto, parece legítimo admitir que as termas do Alto da Cidade fossem usadas pelas elites de *Bracara Augusta*.

As dimensões, características e distribuição dos espaços das termas da rua Afonso Henriques sugerem que estamos, muito provavelmente, perante as grandes termas de *Bracara Augusta*, que, ao contrário das termas da Cidade, serviriam um público mais heterogêneo, tanto masculino como feminino. Cabe destacar, todavia, que a maior área do edifício estaria

reservada aos homens, que ocupavam cerca de 1900 metros quadrados, dos 3 mil de área total do edifício, enquanto as mulheres ocupariam apenas 500 metros quadrados, área que é superior à da área coberta das termas da Cidade, com apenas 400 metros quadrados.

Sabemos que em Roma e em Óstia os *balnea* eram muito mais numerosos e populares que as *thermae*. No entanto, sob esta designação esconde-se uma grande diversidade de estabelecimentos, pois, se uns funcionavam quase como verdadeiros *clubs*, onde um pequeno grupo de clientes podia se juntar e sociabilizar, outros serviam elementos de corporações, ou agremiações profissionais e religiosas (ALDRETE, 2004, p. 108). Óstia oferece ainda um outro tipo de *balnea*, que se configuram como verdadeiras termas de bairro, em geral desprovidas de aparato arquitetônico, ou complexos programas decorativos (MAR, 1990, p. 32-33). Considerando as características do *balneum* das Carvalheiras, bem como a sua inserção num quarteirão residencial, pensamos poder incluí-lo nesta última categoria, sendo de admitir que servisse essencialmente aos habitantes dos quarteirões vizinhos. Sendo certo que os *balnea* não possuíam os requintes das termas municipais, deveriam ser usados, sobretudo, por uma população de modesta condição social, entre os quais se podiam incluir os artífices e os comerciantes, cujo horário de uso dos banhos deveria ser diferente daquele que era praticado pelas elites, uma vez que as atividades artesanais e comerciais se distribuíam ao longo do dia, prolongando-se até à décima primeira hora.

Considerações finais

A partir do século I, as termas públicas constituíam um dos espaços arquitetônicos mais populares e difundidos nas cidades romanas provinciais, configurando-se como uma verdadeira expressão da *urbanitas* e da *romanitas*. Com efeito, a importância social das termas públicas justificava um empenho persistente dos municípios e dos cidadãos mais abastados que as financiavam e as melhoravam por meio de reformas mais ou menos extensas, apesar dos elevados custos implicados na sua construção e manutenção. Esta circunstância permite valorizar o número de termas públicas como um importante indicador da adesão das diferentes regiões do Império aos hábitos

culturais romanos, bem como da capacidade econômica das elites urbanas e da solidez financeira das cidades.

Tendo por base as termas conhecidas de *Bracara Augusta*, podemos concluir que o século II correspondeu a um momento de consolidação da prática dos banhos públicos, documentado tanto por edifícios municipais como por edifícios privados. Os dados disponíveis apontam também para um possível uso diversificado das diferentes termas por parte da população bracaraugustana, relacionado com a sua implantação no tecido urbano. Admitimos que as pequenas termas do Alto da Cidade servissem uma requintada elite urbana, enquanto as termas da rua Afonso Henriques, pela sua dimensão e caráter duplo, poderiam receber maior número de utentes de diferentes sexos, distribuídos por espaços diferenciados. Por sua vez, o *balneum* das Carvalheiras seria muito provavelmente usado por uma clientela de condição mais humilde, que viveria na vizinhança.

Julgamos ter demonstrado que as termas públicas de *Bracara Augusta* constituíram um poderoso elemento polarizador do espaço urbano, que serviu para construir as identidades sociais dos seus utilizadores, uma vez que eram utilizadas de modo espacial e temporalmente diferenciado, consoante o estatuto e o gênero dos seus usuários.

Referências

- ALDRETE, G. S. *Daily life in the roman city: Rome, Pompeii and Ostia*. London: Greenwood Press, 2004.
- BROISE, H. Vitrages et volets des fenêtres thermals à l'époque impériale. *Actes de la table ronde Les Thermes romains*, n. 142, p. 61-78, 1991.
- DELAINE, J.^a Bathing and society. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Ed.). *Roman baths and bathing*. Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 1999, p. 7-16.
- DELAINE, J.^b Benefactions and urban renewal: bath buildings in roman Italy. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Ed.). *Roman baths and bathing*. Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, p. 67-74, 1999.
- DELAINE, J.^c Baths - the urban phenomenon. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Ed.). *Roman baths and bathing*. Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 1999, p. 156-163.

- ESCHEBACH, H. *Die Stabianer thermen in Pompeji*. Berlin: Denkmäler antiker Architektur, 1979.
- FAGAN, G. *Bathing in public in the roman world*. Michigan: University of Michigan, 1999.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A.; ZARZALEJOS PRIETO, M. Grandes conjuntos termales públicos en Hispânia. In: FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCIA ENTERO, V. (Ed.). *Termas romanas en el occidente del Imperio*. Gijón: VTP Editorial, 2000, p. 59-72.
- GRIMAL, P. *Les jardins romains*. Paris: Fayard. 1962.
- LAURENCE, R. *Roman Pompeii. Space and society*. London/New York: Routledge, 1996.
- MALISSARD, A. *Les romains et l'eau. fontaines, salles de bains, thermes, égouts, aqueducs*, Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado, Braga: Uminho, 2011.
- MANDERSCHIED, H. Katalog der öffentlichen thermenanlagen des römischen reiches. Projekt und durch-führung am beispiel der acweizer thermen. *Jahresberichte aus Augst und Keiseraugst*, n. 3, p. 59-76, 1983.
- MAR, R. Las termas de tipo medio en Ostia y su inserción en el espacio urbano. Estudio preliminar. *Italica*, n. 18, p. 31-77, 1990.
- MAR, R. Las termas imperiales. In: FERNÁNDEZ OCHOA. C.; GARCÍA ENTERO, V. (Ed.). *II Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón*. Gijón: VTP Editorial, 2000, p. 15-21.
- MARTINS, M. A zona arqueológica das Carvalheiras. *Cadernos de Arqueologia*, Braga, n. 14-15, p. 23-45, 1997-1998.
- MARTINS, M. *As termas romanas do Alto da Cidade*. Um exemplo de arquitectura pública em *Bracara Augusta*. Braga: UAUM / Narq, 2005.
- MARTINS, M. *et al.* A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*. In: MELO, A.; RIBEIRO, M. C. (Coords.). *História da construção*. Arquiteturas e técnicas construtivas. Braga: CITCEM, 2013, p. 41-76.
- MARTINS, M. *et al.* Metamorfoses de um espaço urbano. A sequência de ocupação da zona arqueológica da rua Afonso Henriques números 42 a 56, em Braga. *Oppidum*, n. 7, 2014.
- NIELSEN, I. *Thermae et balnea*. The architecture and cultural history of roman public baths. London: Aarhus, 1990.

NIELSEN, I. Early provincial baths and their relations to early italic baths. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Ed.). *Roman baths and bathing*. Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 1999, p. 35-43.

ORTIZ PALOMAR, M.; PAZ PERALTA, J. A. El vidrio en los baños romanos. In: PÉREZ AGORRETA (Ed.). *Termalismo antiguo, I Congreso peninsular*. Madrid: UNED, 1997, p. 437-451.

ZANKER, P. Immagini e valori collettivi. In: GIARDINA, A.; SCHIAVONE, A. (Ed.) *Storia di Roma*. Turim: Einaudi, 1999, p. 193-220.